

O que falta para o Volt no Orçamento de Estado para 2023?

O Governo apresenta esta semana a sua proposta de Orçamento de Estado 2023 à Assembleia da República. O Volt analisou as áreas críticas do Orçamento e publicou hoje 5 documentos de leitura rápida para as áreas estratégicas de Inovação, Mobilidade, Trabalho, Descentralização e Ambiente/Energia, que espelham a vontade do partido de um OE com visão de futuro.

1. Aferir necessidades e pensamento estratégico

Na sua globalidade, o OE 2023 revela um Estado de cofres cheios, em resultado de:

- alta fiscal fruto da inflação,
- enorme injeção de moeda dos últimos anos com a impressão de dinheiro
- bazuca pós-covid.

Este Estado abastado procura ao mesmo tempo reduzir a herança pesada da dívida pública acima dos 100% do PIB e atenuar (com ajudas insuficientes) os efeitos da crise inflacionária que agrava as condições de vida dos portugueses - entre eles os 4,4 milhões vulneráveis à pobreza.

A história de Portugal ensina-nos que momentos de superávit financeiro são estratégicos para investir em recursos públicos, em inovação, em mecanismos geradores de riqueza e não apenas em distribuição que terá de ser interrompida com austeridade na próxima crise (que se antecipa já para 2023).

Portugal precisa de investimento sustentável para combater a pobreza, a crise climática, os baixos salários, a emigração dos jovens e aliviar a carga fiscal de famílias e empresas. Para isso, precisa que o OE2023 invista na geração de riqueza real, nos setores diferenciadores da economia portuguesa, e na eliminação do défice comercial causado pela importação de combustíveis fósseis. Desta forma Portugal irá poder gerar condições de subida generalizada de poder compra, de sustentabilidade ambiental e financeira sobre os recursos naturais e humanos, pondo o país em rota de convergência e liderança na Europa como um dos melhores países para se viver.

2. Boas ideias podem vir de todo o lado

Entre as medidas mais positivas a destacar no OE 2023 está a proposta do Volt das últimas legislativas de **reduzir o IRC para as empresas que valorizem os salários** dos seus colaboradores. Também o foco na redução da dívida pública para cerca de 110% do PIB no final do ano acompanhado de aumento de verbas para a cultura, ciência, descarbonização, apoios à infância e às populações mais socialmente vulneráveis são, para o Volt, os aspectos mais positivos deste Orçamento.

3. Não dar com uma mão e tirar com outra - menos Austeridade Mascarada

Este OE **tenta enganar-nos com a verdade** ao não acompanhar os impactos da **inflação nas pensões e aumentos na função pública**. Faz um grande alarido com aumentos de 4% e 5%, respectivamente, quando a inflação já estava em 9,28% em setembro de 2022. Este orçamento **continua o assistencialismo sem visão estratégica**. Atirar dinheiro para os problemas (por exemplo para as florestas, a crise energética, saúde, etc.) é manifestamente ineficaz sem haver por trás uma estratégia robusta de resolver os problemas pela raiz.

4. Não dar a fundo perdido

No Ambiente e Energia, há uma **prioridade em proteger a economia dos combustíveis fósseis** com subsídios para ajudar empresas a pagá-los e não uma estratégia paralela para lhes pôr fim em Portugal. Haverá “Vales Floresta” para proprietários florestais mas falta a visão de ordenar o território e **promover novas formas de floresta económica biodiversa** para além de monoculturas invasivas e inflamáveis como a do eucalipto.

Na Mobilidade, as estratégias do próprio PS para **alterar o paradigma da mobilidade pedonal e ciclável**, continuam sem sair do papel por falta de verbas.

Na Economia, Portugal continua a ser um país “**Moderadamente Inovador**” sem associar **investimentos públicos a clusters exportadores ou de inovação** como por exemplo as TIC, as energias renováveis, a inteligência artificial, a economia digital, a biotecnologia, mas também a cultura, a defesa, o turismo e a economia verde. As agendas mobilizadoras do PRR estão no caminho certo, mas falta colocar o investimento público a dar escala para mudar radicalmente a **baixa competitividade e produtividade** da nossa economia, face aos resto da UE.

No Trabalho, faltam planos e legislação que concretizem as **novas formas de trabalho híbrido e remoto**. Nem são antecipadas, mesmo na própria administração pública, quaisquer mudanças no sentido de tornar o trabalho mais flexível, moderno e produtivo.

Na Descentralização, o governo mantém a **Austeridade Mascarada**¹, ao atribuir um financiamento acrescido às autoridades locais, quando na realidade se ausenta de responsabilidades e atribui verbas insuficientes para as operacionalizar com a qualidade necessária mínima. Este é o caso grave da Educação, onde a descentralização acaba por se traduzir em *desresponsabilização* da administração central e onde, fazendo *as contas certas*, a Educação conta com até menos 7,6% face a 2022.

5 áreas prioritárias:

- Energia: *Contra-relógio para retirar o gás fóssil da vida dos portugueses* (Duarte Costa)
- Mobilidade: *A Mobilidade Pedonal e Ciclável continua no papel* (Miguel Macedo)
- Economia: *Um País “Moderadamente Inovador”* (José Freitas)
- Trabalho: *Nada de Concreto para o Trabalho Híbrido e Remoto* (Pedro Malheiro)
- Descentralização: *“Austeridade Mascarada” nas Medidas de Descentralização* (Carlos Leite)

¹ [Austerity by Stealth](#) - o termo apelidado por um grupo de investigadores da Universidade Nova de Lisboa sobre a estratégia do governo socialista que onde a redução do déficit e o aumento dos gastos dentro dos limites orçamentários foram viabilizados porque o governo manteve os cortes de despesa e aumento de impostos anteriores, ainda que de forma mais discreta

OE23 - Contra-relógio para retirar o gás fóssil da vida dos portugueses

(Duarte Costa - Ministro Sombra do Ambiente e Ação Climática)

Com o aumento de 50% de verbas face a 2022 não vai faltar dinheiro para o Ambiente em 2023. Mas será que no final do ano as famílias portuguesas estarão protegidas da pobreza energética, as empresas resilientes às alterações climáticas e inflação energética; a economia mais independente da importação de combustíveis fósseis e por isso mais resiliente e competitiva num contexto de manipulação de preços pela Rússia e de emergência climática?

Portugal precisa de um *sprint* no curto prazo para eliminar o desperdício energético, apostar (ainda mais) nas renováveis, na eficiência energética, e no longo prazo substituir por hidrogénio verde os usos energéticos da indústria pesada e eliminar o gás do setor residencial e dos serviços (que representam 25% do consumo total de gás em Portugal).

Para as Famílias, é urgente combater a pobreza energética e passar do papel a ação:

24,4% dos portugueses moram em casas com problemas de infiltrações, humidade ou elementos apodrecidos², fazendo de Portugal o terceiro pior país da UE em termos de pobreza energética. Falta concretude ao OE2023 para combater este problema (para além da comunicação eloquente sobre o tema) incluindo na Estratégia Nacional de Longo Prazo de Combate à Pobreza Energética que avança demasiado devagar para a gravidade do problema. Apesar da crise energética atual, o governo não prevê sequer acioná-la ainda em 2023.

O Volt propõe para as famílias:

- Aumento da dedução em IRS em investimentos em energia solar³ e eficiência energética.
- **Criar linhas de investimento para comunidades e cooperativas energéticas já em 2023**
- **Antecipar o pagamento dos “cheques eficiência” para combater a pobreza energética**
- Acelerar a conversão do gás residencial e dos serviços para energia solar
- Acabar com a obrigatoriedade de pré-instalação de gás em novos edifícios
- Interditar a publicidade ao consumo de produtos de combustíveis fósseis

Para as Empresas é urgente acelerar a descarbonização e maior cautela com subsídios perversos ao gás.

O governo mobilizou 3 mil milhões de euros para subsidiar a fatura das empresas com o gás e eletricidade. É positivo ajudar as empresas a superar este contexto inflacionário, no entanto, subsidiar o consumo de combustíveis fósseis deve exigir contrapartidas de descarbonização, de eficiência energética e colocar limites ao volume consumido. O atual subsídio ao gás é um incentivo perverso em termos ambientais e comerciais (pela via do aumento das importações) e reduz a atratividade das energias renováveis e das empresas que já fizeram investimentos na transição para renováveis. Tanto estas contrapartidas como os limites ao consumo são praticamente inexistentes no OE 2023.

² Rediteia - Revista de Política Social

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/52289/1/ICS_Horta%2CA_Schmidt_L_Pobreza%20Energ%C3%A9tica.pdf

³ Apenas 5 milhões de euros destinados a esta dedução no OE 2023

O Volt propõe para as empresas:

Desburocratização e facilitação de processos de licenciamento de instalações renováveis e criação de garantias públicas que protejam investimentos privados

Reforço de meios humanos e técnicos na administração pública para acelerar o licenciamento de novos projetos de energias renováveis

Criar incentivos para geração de novas empresas e inovação empresarial e comercial no setor das renováveis, eficiência energética, mobilidade verde e setor plant-based para acelerar a transição, criar postos de trabalho, gerar crescimento económico e acentuar a economia verde como novo perfil de competitividade e geração de riqueza da economia portuguesa.

OE23 - A Mobilidade Pedonal e Ciclável continua no papel

(Miguel Macedo - Ministro Sombra da Administração Interna)

Na atual proposta do Orçamento de Estado para 2023 em termos de mobilidade vemos com satisfação a afetação de um montante significativo de verbas à mobilidade em transporte público (Ferrovia, Redes Metropolitanas de Lisboa, Porto, Mondego e material circulante), sendo esta área fundamental tanto para melhorar a coesão territorial como para atingir os objetivos de emissões que Portugal necessita atingir. Verificamos no entanto, que relativamente à mobilidade pedonal e ciclável continuam a não ser alocadas verbas suficientes.

Pese embora a existência do novo quadro da UE para a mobilidade urbana, da Estratégia Nacional para a Mobilidade Pedonal (atualmente em discussão pública), à Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030 (aprovada em 2019) e o facto de os transportes pesarem mais de 25% no valor das emissões, a proposta do OE23 continua a não alocar verbas que permitam concretizar o objetivo de alterar o paradigma da mobilidade, promovendo a transferência de utilizadores para modos de deslocação mais sustentáveis e ativos, como o andar a pé e de bicicleta.

Apesar da constatação em Portugal da necessidade de alterar comportamentos já ter mais de uma década (O CiclAndo-Plano para a Promoção da Bicicleta e Outros Modos Suaves, foi apresentado em 2012) não são novamente dados passos efetivos e reais na prossecução deste desígnio, continuando todo este tema apenas a existir no plano do papel e das estratégias.

A atual proposta para o OE23, com apenas 1 milhão de euros destinados para a Mobilidade Ativa, não permite a concretização efetiva da estratégia:

No âmbito da concretização da Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa, uma verba de até 1 milhão de euros é transferida pelo Fundo Ambiental para o IMT, I. P., entidade responsável por prestar apoio logístico e administrativo ao Grupo de Projeto para a Mobilidade Ativa.

De recordar que o plano Estratégico para a mobilidade ciclável prevê as seguintes metas intermédias até 2025: Quota modal de viagens em bicicleta no território nacional de 3% –

Quota modal de viagens em bicicleta nas cidades de 4% – Extensão total de ciclovias de 5 000 Kms – Redução da sinistralidade rodoviária de ciclistas em 25%

É urgente criar no atual Orçamento do Estado um enquadramento legislativo/financeiro que imponha e suporte a alteração física dos espaços (urbanos e rurais) e proporcione segurança e qualidade às deslocações pedonais e suaves.

A criação de Zonas de Emissões Reduzidas (ZERs), a introdução de limites de 30km/h, a construção de ciclovias e de espaços seguros de estacionamento de bicicletas, e o investimento na fiscalização, são um passo urgente e necessário que não encontram acolhimento financeiro na atual proposta.

É caso para dizer que a mobilidade suave não sai do papel.

OE23 - Um País “Moderadamente Inovador”

(José Freitas - ministro Sombra em Inovação Industrial, membro do Volt)

O Governo apresenta esta semana a sua proposta de Orçamento de Estado à Assembleia da República e, na verdade, ao país. Este é um OE que está satisfeito com o patamar de inovação em que o país se encontra: um país ‘moderadamente inovador’, segundo a classificação Europeia.

Nenhum partido, nenhum telejornal, nenhuma declaração mais mediática se preocupou com esse estado das coisas do Mundo da competitividade da nossa economia. Ninguém se pronunciou fazendo votos, ou perdendo uns segundos sobre como fazer subir o país de ‘moderadamente inovador’ a algo que oferecesse uma perspectiva de salários verdadeiramente interessantes aos milhões de portugueses.

Moderadamente inovador é um eufemismo que descreve que Portugal despertou decididamente para a inovação e já há décadas seguidas que investe em políticas públicas para apoiar a modernização da sua economia, principalmente através do investimento em Ciência e Tecnologia ao serviço da indústria. Portugal inseriu-se nas políticas de inovação da Comissão Europeia e encetou uma longa caminhada desde 1986 para modernizar a indústria portuguesa e entrar no concerto da Inovação Europeia.

Mas Portugal bateu num *Muro* e marca passo: moderadamente inovador!

O Governo está a perder a oportunidade de reformar estruturalmente o panorama e, na verdade, as condições estruturais da competitividade da indústria portuguesa para os finais desta década. Se fosse o PRR mais dedicado a uma tal política, seria essa a oportunidade de ouro. Agora com o PRR comprometido, o caminho teria de se basear no Portugal 2030 e no Horizonte Europa.

Mas isso não está a ser feito e não vem, por conseguinte, refletido na proposta de OE para 2023. As Agendas Mobilizadoras, indo na direção certa, e sendo um passo concreto, deveriam

associar o investimento público aos clusters exportadores e da inovação para escalar a sua dimensão e retorno económico para o país. No momento, as Agendas Mobilizadoras não vão conseguir o desiderato de fazer mover o país estagnado desse patamar da moderação castradora. Quem tem os salários que os jovens em Portugal têm, não pode parar a “meio da ponte”!

O Volt, eminentemente um partido da inovação europeia, desafia o governo para uma conversa sobre uma política estrutural de inovação que materialize o desiderato de duplicar, de forma sustentável, o PIB para a nossa geração. Ainda vamos a tempo.

Precisaria o Governo de entender que o que faz é pouco. E que pode fazer mais. Mas um “mais” que é completar o Sistema Nacional de Inovação em favor da competitividade industrial e não só apoiar projetos casuísticos.

Os Centros Tecnológicos têm que regressar às primeiras linhas da política industrial e outros novos têm de ser criados em diferentes clusters. A solução está num reforço massivo dos seus recursos humanos e colocar ambos os atores “a remar na mesma e exata direção”, e em linha com os Laboratórios Colaborativos. Fazer os protótipos emergentes com parceiros empresariais portugueses e europeus, e outros parceiros tecnológicos, usando os fundos europeus estrategicamente, tornando Portugal a *nação protótipo*, antecâmara da nação Start-Up que mais tarde ou mais cedo vai acontecer.

Fica o desafio ao Governo. Que talvez faça mal em ignorar o que quis dizer Miguel Torga em “condenar os potros no prado presos a pastar na melancolia!”

OE23- Nada de Concreto para o Trabalho Híbrido e Remoto

(Pedro Malheiro - Ministro Sombra do Trabalho e da Segurança Social)

Neste orçamento não há nada de concreto no apoio às **novas formas de trabalho híbrido e remoto**. As novas formas de trabalho têm implicações em termos legais, tecnológicas, financeiras, ambientais, sociais e psicológicas para as empresas, famílias e trabalhadores-contribuintes. Nem são antecipadas, mesmo na própria administração pública, quaisquer mudanças no sentido de tornar o trabalho mais flexível, moderno e produtivo.

O mundo do trabalho mudou profundamente com a pandemia, tal proporciona uma rica oportunidade de reinventar o trabalho de uma forma que impulse o envolvimento e retenção dos trabalhadores, fomente a colaboração social e crie uma força de trabalho mais inteligente, mais eficiente e melhor conectada.

O aumento dos dias em teletrabalho não só vai permitir **redução de custos fixos** de espaço como nos **consumos variáveis** das organizações do estado. Vai também, por outro lado, representar uma **diminuição de emissões de gases de efeito estufa**, na medida em que poderá reduzir as deslocações e conseqüentemente a utilização de **combustíveis fósseis**, para além de ajudar a **combater a desertificação do interior do país** e a permitir a Portugal tornar-se num **hub de mão-de-obra remota para empresas** em toda a UE.

- A proposta do Volt: **50/50 - Tornar Portugal um país pioneiro na generalização de ambientes de trabalho híbridos (50% trabalho presencial 50% de trabalho remoto)**

Frente 1 - Introdução de uma política de **constituição de ambientes híbridos na administração central e local**. Este projeto seria um exemplo para o país e para o mundo em termos de autonomia e flexibilização do trabalho, com ganhos na redução de custos de escritórios e impactos na mobilidade urbana, com a respectiva redução de emissões de carbono. A libertação de espaço poderia ser aproveitado para **dinamizar o mercado da habitação para residentes permanentes e temporários (estudantes)**.

Frente 2 - Incentivar essa mudança para escritórios flexíveis com teletrabalho com incentivos fiscais, apoios diretos e cofinanciamento de mudanças no setor privado e noutros setores. Nomeadamente nas seguintes 10 áreas:

1. Formação digital e treino para liderar e trabalhar em equipas híbridas;
2. Produção de eventos virtuais;
3. Otimização dos espaço de trabalho e sua eventual relocalização;
4. Plataformas de trabalho remoto e desenho do trabalho híbrido;
5. Sistemas de avaliação de desempenho online e de aprendizagem online;
6. Segurança no trabalho remoto;
7. Novas situações específicas no regime de teletrabalho;
8. Recursos para o exercício do teletrabalho: equipamentos e acessos;
9. Regras na organização, direção e controlo do trabalho: direitos e deveres;
10. Alargamento da proteção e prevenção de doenças ocupacionais e mentais.

OE23 - “Austeridade Mascarada” nas Medidas de Descentralização

(Carlos Leite- Ministro Sombra da Coesão Territorial)

Sobre o Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD) e sobre as transferências financeiras ao abrigo da descentralização e delegação de competências (Art 58º do OE 2023), defende António Costa que *está aqui uma verdadeira revolução no sistema, ainda que esta não esteja a ser feita com barulho e dor*, e por isso, diz que, não é ainda percebida como tal. **São cerca de 1.205 milhões de Euros** distribuídos por municípios e freguesias do país para as 4 áreas consideradas nesta descentralização: Educação, Saúde, Cultura e Ação Social. Visto ao pormenor, e na perspetiva do fundo financeiro atribuído, é a Educação que mais descentraliza, com valores residuais para as restantes áreas, nomeadamente para a Cultura, que ficou mesmo a zero.

Esta Revolução Silenciosa de que o PM fala, distribuída financeiramente por todos os municípios e freguesias, **traduz-se em valores de grandeza duvidosa para se fazerem revoluções**. A descentralização, corresponderá, por exemplo, a 47 milhões para Lisboa, 16 milhões para Coimbra, 4 milhões para Bragança ou até 1.020 euros para a freguesia dos Pardais (Vila Viçosa).

A descentralização e delegação de competências é apenas, e na realidade, uma **“delegação de responsabilidades”** para os Municípios com um Fundo Financeiro associado pouco significativo. Não temos uma Regionalização e nem uma Descentralização “de facto”, porque o poder nacional continua em Lisboa.

Uma verdadeira descentralização, com impacto no desenvolvimento e na coesão dos territórios, **só será possível com a transferência de instituições e funcionários de Lisboa para outras cidades do país, acompanhada de uma forte conexão digital entre edifícios públicos e entre funcionários.** Em vez da redução de escolas e maternidades, era preciso arrastar o poder central para fora de Lisboa, para se manterem essas escolas e maternidades no interior.

Mais uma vez, o governo do Partido Socialista utiliza a estratégia da **“Austeridade Mascarada”** (*Austerity by Stealth*), ao atribuir um financiamento acrescido às autoridades locais, supondo que está a descentralizar, quando na realidade se ausenta de responsabilidades e atribuiu poucas verbas para as operacionalizar com a qualidade necessária mínima.

A apregoada “revolução silenciosa” do Primeiro Ministro não passa de um silêncio assumido perante o país, relativamente ao que verdadeiramente está a acontecer. E o que está a acontecer é uma enorme falta de recursos humanos em muitos dos municípios, para conseguirem operacionalizar as responsabilidades assumidas.

O governo nacional não pode abdicar de assumir as suas decisões e responsabilidades e, em vez disso, simplesmente colocar as mesmas nas mãos de Municípios que não estão verdadeiramente preparados para as assumir. O que está a ser feito é um caminho e uma estratégia não de descentralização mas de desresponsabilização da Administração Central.